

Valente

REVISTA DAS TRABALHADORAS DO JUDICIÁRIO CATARINENSE | ANO I | N. 01 | MARÇO/2018.

VENDA PROIBIDA





SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria Executiva:

Presidente - Walmor Grando
Vice-presidente - Valfrida de Oliveira
Secretário-Geral - Hélio Lentz Puerta Neto
1º Secretário - Guilherme Peres Fiuza Lima
Secretário de Finanças e Patrimônio - Cláudio Del Prá Netto
1ª Tesoureira - Liliane Fátima Araújo
2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Silda Debus Coelho
2º Secretário de Imprensa e Divulgação - Douglas Martins Silva
Secretária de Assuntos Jurídicos - Eliane Pavanello
2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Alcides Alonço Leonel
Secretário de Política Sindical - Rodrigo Corrêa Simon
2ª Secretária de Política Sindical - Vânia Maria Maçaneiro
Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Daniele Búrigo Marques Heinzen
2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes - Rafael Rovaris
Secretário de Aposentados - Luiz Nascimento Carvalho
2ª Secretária de Aposentados - Lindalva Sasse

Conselho Fiscal

Doraci Aparecido
Gleydy Fioranelli
Soraia Joselita Depin
Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Representantes Regionais

Região 1 - EXTREMO SUL

Frank Rodrigues Gauniel - Comarca de Urussanga
Giana Angeloni Ronzani Magagnin - Comarca de Turvo
Maria Aparecida dos Santos Ferraz - Comarca de Sombrio

Região 2 - SUL

Alcides Clemir Cappelletto - Comarca de Jaguaruna

Região 3 - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Agatha Fernanda Martins - Comarca de Santo Amaro da Imperatriz
Alexandre Manoel Catarina - Tribunal de Justiça
Jorge Augusto D'ornelas Ponsi - Tribunal de Justiça / UPC
Marceli Regina Possamai - Fórum da Capital

Mario Henrique Dingee - Comarca da Capital
Nadjanara Avila - Tribunal de Justiça / UPC
Vera Lucia Correa Prá Gonçalves - Tribunal de Justiça

Região 4 - LITORAL NORTE

Ademir Justino de Freitas - Comarca de Camboriú
Marcelo Martins Brandão - Comarca de Balneário Piçarras

Região 5 - VALE DO ITAJAÍ

Alessandra Ludwig - Comarca de Ibirama
Consuelo Mora - Comarca de Rio do Sul
Lucas Scussel Degasperri - Comarca de Gaspar
Marcos Rafael Gomes - Comarca de Gaspar
Martha Heusser - Comarca de Indaial
Miguel Angelo Raymundi Filho - Comarca de Rio do Campo
Solangela Corezzolla - Comarca de Timbó

Região 6 - NORTE

Paulo Cesar Davet - Comarca de Canoinhas
Moacir Dias - Comarca de Joinville

Região 7 - EXTREMO OESTE

Dalmo Gerson Muniz - Comarca de Chapecó

Leandra Piccini - Comarca de Palmitos

Região 8 - OESTE

Adriana Regina Modesti - Comarca de Xanxerê
Ivete Tedesco Cambri - Comarca de Quilombo
Lademir Hofmann - Comarca de São Domingos

Região 9 - MEIO OESTE

Bruno Andre Dotta - Comarca de Campos Novos
Jean Pierre Olejuki - Comarca de Catanduvas
Marcelo Pucci - Comarca de Seara
Moises Ciryno Freitas - Comarca de Anita Garibaldi

Região 10 - SERRA

Arnaldo Nazareno Borges - Comarca de São Joaquim
Christian Costa Batagelo - Comarca de Tangará
Claudio Oneres Heinzen - Comarca de Lages
Dany Mailon Canani Borsatto - Comarca de Campo Belo do Sul
Everton Dutra Liczkoski - Comarca de Lages
Sidnei Furlan - Comarca de Curitiba

Valente: qualidade de quem possui espírito intrépido e corajoso

Por muito tempo, a palavra valente nos remeteu exclusivamente a figuras masculinas, homens narrados em histórias fantásticas.

Em 1995, era lançado o filme Brave Heart (Coração Valente) que narra a luta do povo escocês por liberdade no século XIII. Nele, William Wallace, personagem heroico que conduzia os revoltosos, dizia: "Todo homem morre, mas nem todo homem vive". William Wallace é um exemplo perfeito desse imaginário que por muito tempo esteve relacionado à palavra valente, o do super-homem que liberta povos e suporta a agonia da morte com frases de efeito.

Dezessete anos mais, tarde o mesmo cinema nos trouxe Merida, a princesa rebelde de Brave (Valente). Merida cavalga sozinha, domina o arco e flecha, questiona a determinação de se casar, falha com quem ama e ainda assim costura uma solução para os conflitos familiares e de Estado. A

bravura está ali ilustrada com outras tintas, representada por outro gênero, valente também pode ser uma menina.

Porém, tão importante quanto reconhecer que características como a coragem são próprias de homens e mulheres, é também a gente se perguntar: em que gestos mora essa bravura? Como alcançá-la?

Em um dia em que a TV transmitia ao vivo a proeza de um homem que cruzava dois prédios muito altos caminhando por uma corda, uma repórter lá embaixo, em meio ao movimento frenético da cidade, abordava um jovem apressado e pedia que ele falasse sobre a coragem do homem que dava o show. O garoto olhou um tempo para cima e respondeu: "Lá em cima é beleza, parceiro. Quero ver cruzar aqui no formigueiro". Que gesto envolve mais coragem? Explorar o novo ou suportar o cotidiano?

A verdade é que nossa valentia é testada e reafirmada todos os dias, longe de todas as telas, em grandes e pequenos gestos.

Valente é se esmerar em um trabalho, ainda que pouco reconhecido e mal remunerado, porque dele depende outra

pessoa. Valente é a trabalhadora que cresce profissionalmente e encara o cotidiano de ser sempre minoria lutando para não ser silenciada em reuniões de trabalho, é o operário que não desiste dos estudos mesmo sem dinheiro para a condução.

É valente quem enfrenta o adoecimento psíquico ouvindo piadas sobre seu estado, quem sobrevive a episódios de violência e se reconstrói. Coragem é tanto combater grandes injustiças coletivamente quanto combater, sozinho e em silêncio, aquelas injustiças cotidianas presentes em nossos próprios atos.

Ser uma mulher valente é buscar que sua voz seja ouvida e que assim sendo, através dela, mais mulheres também tenham voz. É romper o ciclo de julgamento entre nós e buscar na união a principal arma contra a opressão e a violência

Aos homens trazemos boas novas: não queremos mais heróis infalíveis e audaciosos. Precisamos de pessoas dispostas ao diálogo e a rever privilégios estruturais, companheiros de luta por um mundo mais justo, seguro e feliz.

Expediente:

Valente é uma revista do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores no Judiciário Estadual de Santa Catarina

Jornalistas responsáveis: Alana Pastorini (MTB 0072648/SP), Christian Vinícius (MBT 003182/SC) e Rubens Lunge (MTB 5567/RS)

Projeto gráfico: Frank Maia (MTB 00630 SC)

Ilustrações: Íris Palo Borges/ @irispaloilustracoes e Frank Maia

Diagramação: Clarissa Peixoto (MTB 003609/SC)

Tiragem: 4 mil exemplares

Fone: 0800 701 1690 | www.sinjusc.org.br | E-mail: sinjusc@sinjusc.org.br

 SINJUSC Sindicato  @sinjusc.sc  SINJUSC  @Sinjusc  (48) 9-9924- 6243



Dia de mulheres

POR ELAINE TAVARES*

Sempre que a vida pesa e a luta chama, recorro à imagem de dona Vivi, uma mulher boliviana que conheci em janeiro de 2004, na cidade de La Paz. Acontecia uma greve da força policial e junto com ela manifestações massivas contra um pacote de impostos decretados pelo então presidente Sanches de Lozada. O governo chamou o exército e os conflitos se espalharam com extrema violência. Todas as estradas estavam fechadas, ninguém entrava ou saía de La Paz. Eu estava numa pensão perto da rodoviária e lá acompanhei o terror que foram aqueles dias. Na mesma pensão estava dona Vivi. Viera da cidade de Oruro com o marido, mineiro, para tratamento médico. Devia andar aí pelos 70 anos, bem magrinha, encurvadinha, os dedos tortos de tanta lida. A ordem era não sair para a rua, porque como não havia polícia, os saqueadores tomavam conta da cidade. Durante a noite, ficávamos acordados, todos juntos, porque grupos criminosos estavam invadindo casas e hotéis para roubar. A pensão era simples, e havia poucas mulheres. Eu, dona Vivi, a esposa do dono da pensão e uma senhora que fazia a limpeza. Os demais hóspedes eram homens.

Acompanhávamos os conflitos pela televisão e dona Vivi reportava outros conflitos, tão violentos quanto aquele, que ela já tinha vivido. “A Bolívia é um caldeirão, minha filha. Não há que ter medo. A morte nunca vem fora de hora. E contra os tubarões, tem que lutar. Não tem outro jeito”.

No segundo dia de conflito, a comida já

se acabando, ela decidiu sair. Os homens gritavam. “Não pode sair, o terror está lá fora. Vão matar a senhora”. E ela firme na decisão de conseguir comida. O marido precisava, estava doente, não podia ficar só na bolacha, que era o que tínhamos. Tudo estava fechado. As pessoas que andavam nas ruas eram os saqueadores, carregando móveis, portas, janelas. Um horror. Pois ela

O monstro se expressa em muitas caras. Pode ser o machismo, a violência doméstica, o trabalho escravo, o abusador, a exploração. Mas, tudo isso forma o corpo do sistema capitalista de produção.

pegou sua bengalinha e saiu. Os homens acuados, sem esboçar reação. Eu olhava estarecida pensando como podiam deixa-la sair e não fazer nada. Decidi ir com ela. Quando me viu sair, estendeu a mão e sorriu. “Tienenmiedo. Pobrecitos”.

Andamos uma quadra inteira e nada de encontrar qualquer comércio aberto. Havia um silêncio estranho no ar. De repente, um som, baixinho e crescendo. Parecia uma

onda gigante quebrando no mar. Ela se agitou. “Se vienen”, gritou, as mãozinhas agarrando com força o meu braço. E saiu ligeira em direção ao som. Pela estrada que leva a cidade de El Alto vinha a multidão. Uma vaga humana incontrolável. Na frente da coluna vinham mulheres, de braços dados, formando uma corrente. E atrás delas vinha o povo. Milhares. Uma cena inesquecível. Dona Vivi seguiu em direção à passeata, me arrastando com ela. Vibrava. “Vamos pegar o cabrón”, dizia, referindo-se ao presidente. Entramos na onda humana e ali, as mulheres eram maioria. Caminhavam de olhar fixo, passando por cima de tudo. Ao longo do caminho foram destruindo tudo que havia, tudo. Uma violência santa. Dona Vivi caminhava com a mesma fúria inquebrantável das suas companheiras. A marcha chegou ao palácio presidencial e as gentes colocaram fogo nele. Também atearam fogo nos prédios dos ministérios que ficam em volta. De dentro dos edifícios jogavam mesas, cadeiras, computadores. Era uma praça de guerra. Dona Vivi, impávida. E só não entrou para jogar as coisas para fora porque não tinha forças. Mas não arredou pé, nem quando o exército chegou atirando e os corpos começaram a cair no chão. Foram 14 mortes ali em frente ao palácio. O sangue escorria pela sarjeta. E ela, punho em riste, gritava: “Fora gringo”, numa alusão ao sotaque inglês do presidente boliviano. Feito o estrago nos prédios públicos e dispersada a multidão ela decidiu voltar para a pensão, mas ainda queria conseguir comida. Na volta, observávamos o rastro de destruição que ficara pelo caminho onde passara a marcha. Vários comércios estavam



com as portas quebradas e as pessoas começavam a ajeitar as coisas, calmamente, como se nada. Dona Vivi conversou com elas, em *aymara*, sua língua originária. E, como mágica, apareceram farinha de milho, carne de lhama e batatas. Ela me passou a sacola e seguiu, firmeza, subindo a rua devastada.

Quando chegamos à pensão, todos estavam como ratos apavorados. Tinham visto tudo pela televisão. Já nos acreditavam mortas. Menos o marido de dona Vivi, que esboçou um leve sorriso quando ela entrou, devagar, no passinho cadenciado. Foi uma algaravia, todos falando ao mesmo tempo, querendo saber de tudo. E ela seguiu para a cozinha onde iria fazer uma sopa.

À noite, depois de saborearmos a sopa de lhama, ficamos na sala, ela e eu, falando sobre comida. Ela queria que eu lhe passasse a receita da feijoada. “Foste muito corajosa — disse, segurando minha mão — e é assim que tem que ser. Ninguém faz nada por nós. É a gente que faz. Eu já explodi mina, já enfrentei tiro, paulada. E também já bati muito. Ninguém é por nós. Nem deus. É nós e nosso braço. E a gente é forte quando tá junto.”

No dia seguinte, ela se foi, com o marido, decidida a encontrar o médico que viera ver. Nada a deteria. Ofereci para ir junto. Não quis. “Fica aqui. Hoje vai estar ruim para um misti (branco)”. Saiu, passo lento, as tranças brancas escondidas sob o chapéu. O marido agarrado em seu braço, mancando e silente. Não me abraçou nem beijou. Apenas apertou forte as minhas mãos e disse: “te protege e protege as companheiras. Somos só nós. Só nós.” Fiquei ali parada, olhando a velhinha sumir rua acima, as lágrimas caindo sem parar. A impressão que eu tinha era de que ela era uma força da natureza, alguma deusa originária, vinda das profundezas das minas de Oruro. Uma fortaleza de bronze. Mas, não. Ela era apenas uma mulher. Uma mulher como tem que ser. Forte, decidida, sem medo, imparável diante do terror.

Dona Vivi em meio ao turbilhão da rebelião boliviana era a expressão de todas essas mulheres anônimas que rasgam o mundo todos os dias. Olhos fixos no infinito, corpos em movimento, mãos armadas de porretes

e uma vontade férrea de garantir vida boa e bonita. “Somos só nós”, dissera ela naquela despedida. E isso não é pouco. Quando estamos juntas, tudo parece possível. Essa nossa energia lunar, que nos revoluciona por dentro, a cada ciclo de sangue, é a prova concreta de que fomos feita para a luta renhida, para o vendaval. Não é da nossa natureza a submissão. Pelo contrário. Estamos sempre ao pé do canhão. Quando os homens titubeiam, são as mulheres que saltam à frente, como leões.

Aquela mulher boliviana, de frágil aparência, era feita de puro mineral, o mesmo que ainda se esconde nas montanhas de Oruro. Aquela mulher era como eu, como tu que me lê, capaz de atravessar o inferno em busca do que quer, para proteger o que ama. Era como as trabalhadoras de Chicago, que morreram queimadas na luta por direitos. Ou como Juana Azurduy, enfrentando os espanhóis, espada na mão e dois filhos pendurados no corpo. Ou Anita, que seguiu Garibaldi e expôs sua vida na luta pela liberdade de dois mundos. Como Dandara, enfrentando o exército para defender o Quilombo dos Palmares. Ou como essas mulheres anônimas que estão na frente das batalhas nas cidades curdas, na Síria, no Iraque, em Honduras, na Guatemala, em Trinidad y Tobago, no Congo, na Zâmbia, nas ruas de São Paulo, nas favelas do Rio, nos protestos em Florianópolis.

Por isso gosto de pensar que todos os dias são dias de mulheres, de mulheres que lutam. Porque todos os dias podemos encontrar uma dona Vivi. No sertão pernambucano, numa ilha grega, nos confins da Itália, no interior de Chapecó, num órgão público em Florianópolis. Cada manhã uma de nós acorda dando de cara com o monstro e precisa enfrentá-lo. E como aquela velhinha *aymara*, essa mulher respira fundo, pega suas armas e sai para a rua, disposta a vencer a batalha. O monstro se expressa em muitas caras. Pode ser o machismo, a violência doméstica, o trabalho escravo, o abusador, a exploração. Mas, tudo isso forma o corpo do sistema capitalista de produção. Esse modo de organizar a vida em que para que um viva outro tenha de morrer. Um sistema no qual a mulher é vista

como propriedade e mercadoria. Destruir esse modo de vida é fundamental para que encontremos o caminho da vida plena. Quando naquela manhã dona Vivi se despediu dizendo: “somos só nós”, ela não estava falando da união das mulheres em geral. Não. Ela estava me dizendo que temos de ter tomar uma posição de classe. Naquele dia ela poderia ter escolhido ficar em casa, assustada, com medo, ou apoiando a postura de um governo corrupto e opressão. Mas não, ela saiu, foi para a rua, se juntou à marcha dos trabalhadores. E com os trabalhadores ela derrubou cercas, ocupou palácios, incendiou o poder e mudou a história. Porque naquele dia o presidente da Bolívia teve de fugir do país. Assim, todos os dias é tempo de sermos valentes para a guerra contra o capital. Nós, mulheres, irmãs, rasgando a história e construindo o novo mundo. Isso é possível em todo o lugar, nas grandes lutas e também nas pequenas batalhas cotidianas. Somos só nós, e vamos juntas!



*Jornalista e pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da UFSC. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. É uma das Articuladoras do grupo Pensamento Sindical Livre (PSLivre).



A informação empoderando mulheres

TÁBATA CASTRO CONSTANTINO MARRA*

O nascimento é uma ocasião onde há uma grande oportunidade de transformação, principalmente para a mulher, que nenhum outro momento da vida proporciona. Por isso a assistência adequada se faz extremamente necessária. “Para mudar o mundo, primeiro é preciso mudar a forma de nascer” (Michel Odent).

O Parto Humanizado esse tema vem sendo comentado nos programas de televisão, revistas, jornais e internet. Mas será que você conhece e sabe o que é um parto humanizado, seus princípios e benefícios. Esse termo Parto humanizado foi adotado em contraste um modelo de parto que não respeita devidamente as condições humanas, fisiológicas, sociais, subjetivas, emocionais, contextuais e ambientais. O modelo atual de parto, seja via vaginal ou cirúrgica, não favorecem o parir com respeito e com a dignidade humana deveriam ter.

O princípio fundamental do parto humanizado é o de respeito ao fisiológico e ao protagonismo da mulher. O fisiológico se trata das questões biológicas femininas respeitadas no processo do parir. Respeitar o fisiológico é entender que cada mulher tem seu tempo e seu processo no ato de parir. Que o corpo feminino tem a potência necessária para o parto. É entender as fases do parto, desde contratação de treinamentos que são os pródromos, passando pela fase latente, fase ativa, fase de transição, expulsivo e saída da placenta. E principalmente através de informação de qualidade e baseada em evidências científicas empoderar e devolver o protagonismo do parto a mulher. Onde ela se torna sujeito ativo nas escolhas do tipo parto, local de parto, intervenções, ações necessárias, métodos de alívio para dor e tudo que diz

respeito ao seu parto.

E os benefícios que o parto humanizado traz são inúmeros, a começar pela satisfação materna com seu processo de parto, um momento respeitoso, a sensação de bem estar trazida pela cascatas de hormônios benéficos envolvidos no trabalho de parto, o contato imediato com o bebê, um pós-parto mais saudável, descida do leito materno mais rápido que no parto via cesariana, melhor índice de sangramento no pós-parto, uma recuperação mais rápida.

A realidade que vemos, porém é um modelo centrado na tecnologia, intervencionista e na figura de autoridade médica. O Brasil tem índices extremamente altos de nascimentos por via de cirurgia cesariana, 56% de cesarianas na rede pública e 80 à 90% nos planos de saúdes e saúde particular, sendo que Organização Mundial da Saúde preconiza que apenas 15% dos partos deveriam ser feitos por cesariana. Outra situação muito comum são os partos considerados normais, mais que contém inúmeras intervenções, tais como: reclusão da mulher em trabalho de parto, ficar sem comer e beber, anos, imobilização, monitoramento fetal contínuo, parto em posição horizontal (que é desaconselhável), episiotomia (corte na região vaginal), manobra kristeller (subir em cima da barriga e empurrar), uso de forces ou vácuo extrator, para citar alguns. E além dessas intervenções vemos que parturiente entra num ambiente onde sua individualidade não levada em conta, onde seu tempo, suas vontades, sua subjetividade e que muitos casos sofrem violências obstétricas por parte da equipe que assiste ao parto.

Mas nós da humanização do parto acreditamos que o corpo da mulher é perfeitamente capaz e poderosamente

complexo, o processo de parto inclui isso.

Há uma mensagem sutil que desencoraja as mulheres e as faz acreditar que seus corpos são defeituosos, e o processo de gestar e parir será defeituoso também, por isso a necessidade de tecnologia e ajuda. Mas ao olharmos atentamente o que vemos é uma potência feminina que se expressa no ato de parir e traz ao mundo uma nova vida.

A favor do parto humanizado temos a lei do acompanhante, lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. E em Santa Catarina adquirimos o direito da presença da doula junto a mulher e seu acompanhante nos hospitais, garantida pela lei nº 16.869/2016 – SC.

Para se ter um parto humanizado é necessária a busca desde a gestação. Buscar uma equipe que preconize o parto, respeite a mulher e suas escolhas. Uma arma poderosa nessa luta é a informação de qualidade e baseada em evidências científicas. E a assistência no período desde a gestação, parto, puerpério (pós-parto imediato) e o primeiros meses. Contudo, nascer é o primeiro contato e impressão de mundo do nascido. Portanto fica a reflexão que tipo de impressão se tem tido da chegada neste mundo atual.



*É Doula e Psicóloga. Têm experiência com na área de prevenção ao abuso sexual e coordena Grupo de Estudos sobre ansiedade.

A especialidade da culpa

ALANA PASTORINI

“Você é mesmo difícil”. “Por que mulheres são contra as cantadas?”. “Não gostam de um elogio?”. “Como você tem um currículo tão extenso e não consegue fazer essa coisa tão simples?”. “Por que uma menina bonita como você está sem namorado?”. “Aqui não é lugar pra gente doente”. “Eu levaria você para casa”. “Não consegue aprender as coisas mais simples”. Ela faz confusão com tudo”. “É muito encrenqueira! É histérica! É falta de ferro”. “Não dormiu bem. Dormiu de calça jeans. É mal casada!”. E seguem os toques nas pernas, nos ombros, no cabelo. Inconveniente: que não é conveniente, que é importuno, impróprio. Acontecimento que embaraça, importuna, incomoda. Tudo isso é assédio, moral ou sexual. Frases e situações que [des] experimentamos cotidianamente. E não, você não está louca. Não, você não é histérica. Você tornou-se mulher em uma sociedade patriarcal, com características misóginas e machistas.

Nascemos e nos ensinam a cortesia; a sorrir beatificamente, a engolir as violências e a calar a boca. Na fase da educação [restrita] nos dizem: não responde, não fale alto, fecha a perna, diga sim.”. Então, nossa postura nos ensina a caminhar de cabeça baixa, ombros curvados, sempre na defensiva como forma de proteção. Isso marca nossas escolhas e o modo como a gente reage ao que nos faz mal. Fazemos silêncio para a nossa dor. Nos culpamos pelo outro. Fomos catequizadas nessa especialidade.

E a ausência do contar leva uma vítima de assédio ou abuso a não gritar para evitar o confronto, a ter dúvidas de si mesma, a se achar culpada, a negar a gravidade do ato e não denunciar, sobretudo se ele for seu chefe.

Para a psicóloga Elisa Ferreira, do CRP,

o assédio se refere a uma prática que atinge a dimensão subjetiva do sujeito, portanto, não é uma prática sempre perceptível por todos, mas quem está sendo assediado sabe, sente e se afeta com a prática. “Se trata de atitudes e ações sutis e dissimuladas, na maioria das vezes subliminares que vão produzindo um tipo de fraqueza psicológica, dada a frequência e constância das praticas”, considera.

Ela explica ainda que a constante exposição a humilhações, constrangimentos, isolamento e ridicularização no ambiente de trabalho, pode provocar grandes prejuízos à saúde física e psicológica, comprometer a capacidade laboral e, em casos mais agudos, os danos psicológicos são permanentes e podem levar até ao suicídio.

Um dos principais nós da luta das mulheres é a igualdade no trabalho e o assédio joga esse direito lá no fundo do rio poluído da política do homem branco, de terno e sapato lustrado e, ele só volta emergir às pautas quando nos levantamos para o problema e apontados o dedo pra ele, bem assim, da forma como nos disseram a vida inteira para não fazer. Sinta nojo, sinta raiva. Mas não fique em silêncio. o recado vale para os colegas espectadores. A Luta contra o assédio não tem gênero. Ei, moça. A culpa não é sua, nunca foi. Não aceite. Não se cale. Se organize. Denuncie.

Sinta nojo, sinta raiva. Mas não fique em silêncio. A luta contra o assédio não tem gênero



Mulheres, mídia e representações: em busca da igualdade e da diversidade

POR BIA BARBOSA E CINTHYA PAIVA*



Os papéis que homens e mulheres vivenciam numa dada sociedade são fruto de uma construção cultural histórica que impacta significativamente no acesso dessas pessoas a espaços públicos e de poder. No sistema social atual, dentre os diversos mecanismos simbólicos que naturalizam a ocupação desses espaços por um ou outro gênero, com base em visões pré-determinadas do masculino e do feminino, os meios de

comunicação de massa seguem sendo protagonistas.

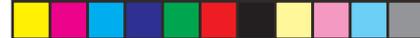
Não é novidade, mas sempre vale lembrar que a conquista do espaço público pela mulher no último século, assumindo o papel social no trabalho externo à casa e a possibilidade de exercer sua cidadania, votando e sendo votada, não significou a conquista plena de direitos como à igualdade, à liberdade, à participação

política e à segurança. Inúmeras pesquisas comprovam este quadro:

As mulheres são 53% do eleitorado no Brasil mas ocupam apenas 13% dos cargos políticos eletivos.

A diferença média salarial entre homens e mulheres no Brasil na admissão é de 13.7% e, quanto mais alto o nível de educação, mais esta diferença salarial cresce.

Dos 17.670 magistrados em atividade no



Brasil, as mulheres representam bem menos da metade: 37,3%.

O Brasil ocupa a 5ª pior posição no ranking de países com maior índice de homicídios de mulheres: 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, no Mapa da Violência mundial publicado em 2015, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. No campo da representatividade feminina em espaços políticos decisórios, apesar de termos eleito a primeira Presidenta do país em 2011 e termos hoje o Supremo Tribunal Federal presidido por uma mulher, o Congresso Nacional nunca foi dirigido por uma representante feminina do povo. Dados recentes do Conselho Nacional de Justiça sobre a presença da mulher no Judiciário também são indicativos da baixa representatividade feminina nesta esfera de poder. A título de exemplo, no estado de Minas Gerais, que possui a segunda maior população feminina do país — representando 10% do total, de acordo com o IBGE em 2016 —, a participação de mulheres no Tribunal de Justiça de MG é somente de 24,9%, muito abaixo da média nacional e uma das mais baixas do país. Foi este mesmo Tribunal que teve sob sua responsabilidade, em 2017, a terceira maior quantidade de processos sobre violência doméstica contra a mulher: 12% do montante total do país.

Mulheres independentes, empoderadas, que escolhem não serem mães já são personagens no horário nobre da TV. Mulheres negras não aparecem mais apenas como empregadas domésticas, mas também como juízas.

Apesar de não podermos estabelecer uma relação direta entre a baixa representatividade feminina nas esferas de poder e os índices de violência doméstica de uma dada região — tampouco se uma maior composição feminina nos Tribunais representaria melhores condições de julgamento nos casos de violência doméstica —, a origem de ambos os problemas é a mesma: o machismo estruturante na sociedade brasileira. O mesmo machismo que faz, por exemplo, com que o ingresso quantitativo de mulheres na carreira, alcançado via concurso público, venha superando o de homens sem que isso resulte numa alteração de perfil nas instâncias superior, em que os cargos são providos por indicação.

O que os meios de comunicação de massa tem a ver com isso? Como a democratização da mídia e da liberdade de expressão, com o advento da Internet, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e que respeite a diversidade das mulheres?

A mídia e legitimação das desigualdades

Concentrada nas mãos de poucas famílias e gerida por grupos econômicos controlados por homens, brancos, heterossexuais e que vivem no eixo Rio-São Paulo, a chamada mídia tradicional brasileira é considerada por estudiosos da questão de gênero como um dos principais espaços de legitimação das desigualdades entre homens e mulher no país. Da representação histórica de mulheres nas novelas, na publicidade e programas humorísticos à invisibilidade feminina no jornalismo, principalmente a televisão segue sendo uma barreira a uma representação plural das mulheres na sociedade.

Estudos coordenados pelo Global Media Monitoring Project sobre a prática do jornalismo na grande imprensa comprovam que muito pouco tem mudado. No último levantamento, de 2015, apenas 30% de mulheres figuravam como fontes principais ou especialistas ouvidas em reportagens dos principais veículos na América Latina — a maior parte delas citadas em matérias de cunho local, relacionadas à saúde,

educação de crianças ou beleza. Ou seja, o jornalismo segue reforçando, ao lado do restante da programação midiática, papéis estereotipados para as mulheres na sociedade.

A ampliação do acesso à Internet no Brasil balançou de certa forma, na última década, essas estruturas. Diante de respostas insuficientes do poder público a sistemáticas violações de direitos nos meios de comunicação de massa — de anúncios fazendo piada com a violência doméstica a reality shows caçando audiência com cenas de mulheres violentadas —, o movimento feminista ocupou as redes como tentativa de denúncia.

E deu certo. Apesar de 40% da população brasileira — sua parcela mais pobre — seguir sem acesso à Internet, o ano de 2017 foi marcado por intensas campanhas de mulheres que decidiram dizer “basta”. O movimento, iniciado anos antes em iniciativas como #CarnavalSemAssédio e #MeuPrimeiroAssedio, que convidaram as mulheres a relatar episódios de abuso, se multiplicou em 2017 — aqui e no mundo — com novos chamados, como #MexeuComUmaMexeuComTodas, em combate a abusos nos estúdios da Rede Globo, e #MeuCorpoNãoÉPúblico, em denúncia aos ataques no transporte público. O barulho — que também ganhou as ruas — e a crueldade das histórias tem impactado tanto o país que a própria mídia tradicional foi obrigada a mudar. Hoje, ao contrário de 20 anos atrás, um casal de lésbicas não precisa morrer na explosão de um shopping ao final da novela, como ocorreu em “Torre de Babel”. Mulheres independentes, empoderadas, que escolhem não serem mães já são personagens no horário nobre da TV. Mulheres negras não aparecem mais apenas como empregadas domésticas, mas também como juízas. E os anunciantes de bebida alcoólica se viram obrigados a abandonar a ideia de que o corpo feminino é equivalente a uma garrafa de cerveja. Mas há muito o que fazer para garantir que a mídia represente as mulheres em sua diversidade, sem estereótipos que legitimem toda sorte de desigualdade, e de maneira mais próxima à importância que já exercemos



na sociedade.

Horizontes para uma comunicação não-machista

As mudanças podem começar respeitando a legislação já prevista para a radiodifusão no Brasil, que proíbe campanhas discriminatórias (Código Brasileiro de Telecomunicações) e determina que as políticas públicas para o setor devem coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha).

Podem avançar dando concretude ao que estabelece a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1995, que define que os Estados-partes concordam em adotar, em forma progressiva, medidas específicas para “estimular os meios de comunicação a elaborar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e a realçar o respeito à dignidade da mulher”.

Ou a Plataforma de Ação da IV Conferência da Mulher da ONU, cujas recomendações assumidas pelo Brasil incluem “Desenvolver programas de formação e sensibilização sobre assuntos de gênero para profissionais dos meios de comunicação, (...) proprietários e gestores (...) que fomentem os meios e imagens equilibradas, plurais e não estereotipadas sobre as mulheres”. Fortalecer os veículos de comunicação pública e comunitária, que sempre abriram mais espaço à participação e representação plural das mulheres, é outra medida. Por fim, garantir a universalização do acesso à Internet no país, de maneira que todas as meninas, jovens e mulheres possam exercer sua liberdade de expressão também nas redes.

Que o ano que começou com as atrizes norte-americanas dizendo “não silenciaremos” diante de agressões nos bastidores do cinema e da TV termine, por aqui, punindo de maneira mais eficaz não apenas aqueles que praticam tal violência, mas também quem usa seu poder de informação e formação para manter tudo como está.

Referências

¹<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/mulheres-representam-53-do-total-de-eleitores-do-brasil> e <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>

²<http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1675183-no-ritmo-atual-fim-da-desigualdade-entre-homens-e-mulheres-demoraria-240-anos.shtml>

³Módulo de Produtividade Mensal, sistema mantido pelo CNJ e alimentado por todos os Tribunais do país, em março de 2017

⁴http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

⁵<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84432-percentual-de-mulheres-em-atividade-na-magistratura-brasileira-e-de-37-3> e <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>

⁶Idem.

⁷O PODER JUDICIÁRIO NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA 2017 - PESQUISA DO CNJ - disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>

⁸<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/03/06/porque-ainda-falar-em-direitos-humanos-das-mulheres/>

⁹<http://whomakesthenews.org>.



*Bia é jornalista, especialista em Direitos Humanos pela USP e mestra em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. Feminista e militantes do Coletivo Intervenções Brasil.



* Cynthia é advogada, especialista em Direitos Humanos pela USP e mestra em Direito pela UFSC. Feminista e militantes do Coletivo Intervenções Brasil.

Reivindicando um judiciário feminista

IRIS GONÇALVES MARTINS*

Iniciei minha carreira como advogada no exato ano em que a Lei de combate a violência doméstica, conhecida como Lei Maria da Penha, entrava em vigor no país. Peguei minha “carteirinha” em Maio e em Agosto quando eu completaria 31 anos de idade a lei entrou em vigor. Era o ano de 2006, e já se passaram 12 anos.

Quando iniciei o trabalho como advogada de famílias, não imaginava o quanto minha vida seria impactada pelas situações das mulheres que eu viria a atender.

O atendimento prestado as mulheres para o Direito de Família mudaria a minha vida para sempre, isso porque costumo dizer que de dez mulheres que atendo, com demandas da vara de família, no relato de pelo menos nove e meia é possível identificar algum tipo de violência.

Em razão disso a situação das mulheres na sociedade e as singularidades das violências sofridas por elas passou a ser o meu objeto de estudo. E para além disso passou a ser minha razão de viver. Profissional e socialmente direcionei a minha vida a observar a questão das mulheres.

E por que? Os motivos são inúmeros e talvez seja impossível numerá-los, mas o principal deles é a violação dos direitos das mulheres. Violações das mais diversas formas e tipos, nos mais variados graus, de forma sutil ou latente, não poucas vezes em mais de uma situação e mais de uma vez.

Foi assustador constatar a significativa quantidade de mulheres que vivem em situações de violências por anos.

Importante dizer que a Lei Maria da Penha em seu artigo 7º caracteriza as mais variadas formas de violência doméstica e



familiar contra a mulher, incluindo dentre elas a violência física, a violência psicológica e emocional, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral.

Aqui cabe lembrar que o Brasil apesar de ter uma legislação de proteção a mulher bastante sofisticada, uma das melhores do mundo, copiada por diversos países, que chama a responsabilidade todos os setores da sociedade, como diz o parágrafo 2º do artigo 3º, “cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput”, ainda estamos muito a quem do que pretendia a lei: coibir e erradicar de uma vez por todas as violências sofridas pelas mulheres.

O que prova o quanto não basta uma legislação de excelência, é preciso avançar e fazer mudanças radicais na sociedade.

É preciso reivindicar mudanças sociais, culturais e principalmente mudanças na educação dos sujeitos, buscando mecanismos para combater o machismo e diminuir as desigualdades de gênero, o que, via de consequência, diminuirá as violências praticadas contra as mulheres.

Ao que o sistema jurídico também deve acompanhar essas mudanças. Assim, faz-se mais que importante reivindicar mudanças radicais na estrutura do judiciário como um todo.

É preciso que os operadores do judiciário entendam as raízes das violências perpetuadas contra as mulheres, situações de opressão, violências, submissão, misérias financeiras, desigualdades, silenciamentos, desmerecimentos, descréditos, limitações, manipulações, controle, e tantas outras peculiaridades vivenciadas pelas mulheres

em seus cotidianos.

Entender, por exemplo, porque algumas mulheres se mantem em situação de violência não poucas vezes por longos anos. E são os estudos feministas, enquanto teoria de leitura de mundo, que minimamente conseguem ventilar respostas para questões como essa.

Então, profissionalmente, passei a aproximar o feminismo da lida com mulheres em situação de violência. A ideia é impactar o Direito com teses feministas. Com teses que explicam o mundo pela ótica dos estudos feministas. Trazer para os casos concretos respostas que o feminismo enquanto teoria tenta elaborar.

Explicar por exemplo, da importância do atendimento das mulheres em situação de violência junto a autoridade policial ser feito por servidores preferencialmente do sexo feminino. Inclusão, bastante festejada pelo movimento feminista, do artigo 10-A, na lei Maria da Penha, feita pela lei 13.505 de 08/11/17.

Tentar entender porque uma sociedade como a brasileira precisa de um artigo de lei que garanta à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus familiares e testemunhas, que não tenham contato direto com o agressor, a fim de evitar, por exemplo, que vítima e agressor sejam levados à delegacia na mesma viatura. Inclusão do Artigo 10-A parágrafo 1º II, na lei Maria da Penha, feita também pela lei 13.505 de 08/11/17.

Aqui lembrar da morte brutal de Laís Andrade Fonseca, 30 anos que levada a delegacia na mesma viatura que o agressor, foi assassinada por ele a facadas, na cidade de Teófilo Otoni – MG, no dia 07 de outubro de 2017.

O que parece óbvio às mulheres e ao movimento feminista, a saber: não conduzir no mesmo veículo, no caso uma viatura policial, vítima e agressor, não pareceu ser tão óbvio aos policiais que o fizeram, no caso de Laís.

Algumas coisas de fato não são tão óbvias para alguns sujeitos, contaminados pelo machismo e pelos séculos de cultura patriarcal e, portanto, faz-se importante invocar reiteradamente a ótica do feminismo.

Essa cegueira ao óbvio acontece nas relações cotidianas, no dia a dia das mulheres na sociedade. E o judiciário, como reflexo dessa sociedade, também perpetua essa cegueira ao óbvio.

Não poucas vezes encontramos no cotidiano do judiciário, iniciais, contestações, manifestações das mais variadas, pareceres, sentenças, reproduzindo essa cegueira ao óbvio. O que prova o quanto o machismo encontra-se estruturado nas instituições, tanto na advocacia, quanto na magistratura, passando pelo Ministério Público, serventuários delegados, policiais, investigadores e etc.

A pouco me deparei com uma contestação em que a parte contrária, genitor, a fim de não pagar obrigação alimentar ao filho menor no percentual que a genitora pretendia, invocou o princípio de igualdade, alegando que pai e mãe deveriam contribuir igualmente com a manutenção do filho menor. Ocorre que, referida tese de “igualdade na manutenção do filho” simplesmente ignorou a desigualdade das partes, no caso, que a mãe tem renda três vezes menor que a do pai.

Trabalhei na tese da desigualdade das partes e saímos da audiência com um acordo para o pagamento próximo ao percentual que a minha cliente pretendia, valor que ajudará a pagar parte do aluguel, parte das compras com supermercado, parte das compras com farmácia, parte das compras com material escolar, parte de todas as despesas para a manutenção do menor.

A pergunta é: caso a genitora não estivesse acompanhada por uma procuradora investida de uma ótica feminista, que invocou a desigualdade da renda das partes, será que a tese da igualdade na manutenção do filho menor não teria prevalecido?

Ouso dizer que sim. Que a falta da apreensão da realidade, de que mulheres tem renda menor do que a dos homens, por exemplo, leva o judiciário a decisões que reiteradamente violam os direitos das mulheres.

Nessas situações me deparo com os seguintes questionamentos: Está o judiciário preparado para o enfrentamento da lógica machista que

norteia e sustenta as desigualdades de gênero latentes no cotidiano da sociedade? Estão sendo devidamente aplicadas as legislações de combate às desigualdades de gênero? E se aplicadas estão tendo efetividade?

Estão os operadores do direito devidamente capacitados para observarem as desigualdades de gênero, a situação da mulher e os reflexos do machismo e da cultura patriarcal no judiciário e nas instituições? Estão comprometidos com uma escuta para essas demandas? Estão preparados coletivamente para pensar uma resposta a essas demandas?

Estão esses profissionais capacitados para operarem o direito a fim de reverter esse quadro de desigualdades e de combate a violação dos direitos das mulheres. Aqui ousou dizer que não. E que ainda temos um longo caminho pela frente para mudar esse quadro.

E é justamente por isso que reivindico um judiciário que passe a trabalhar a partir de uma ótica feminista. Um judiciário que busque estabelecer uma relação de equidade perante os casos que batem à sua porta. Um judiciário que avalie as teses feministas apresentadas pela advocacia, de forma a levar em conta seus argumentos. Um judiciário que treine seus operadores para que adquiram conhecimentos construídos pelos estudos de gênero. Enfim, um judiciário que promova a desigualdade de gênero e o combate a violência contra as mulheres de forma efetiva.



*Advogada de famílias, estudante de licenciatura em Filosofia da UFSC, militante de coletivos feministas da Grande Florianópolis.

Juntas, damos conta!

SORAIA JOSELITA DEPIN*

E um novo ano chegou, e para poder falar deste ano e de nós mulheres neste ano, fui assistir de novo a retrospectiva feminista 2017, gravada por Antônia Pellegrino para a Mídia NINJA (Youtube), onde ela relembra que o ano de 2017 foi um marco para o movimento feminista.

Já no início do ano, logo após a posse de Donald Trump como presidente, mulheres ocuparam as ruas dos EUA para protestar contra o machismo, conservadorismo e assim se seguiu em vários lugares do mundo.

Aqui no Brasil, em Florianópolis, foi realizada a Marcha Internacional das Mulheres, onde se protestou contra as reformas trabalhista e previdenciária e por mais direitos. O ano de 2017 foi de denúncias e relatos de violência. Teve contra o ator global José Mayer, contra o ex-presidente da

FIFA, contra vários produtores e atores consagrados do show business americanos. Também teve denúncias de assédios em transportes públicos, entre outros.

E 2018?

2018 começou com Oprah Winfrey, primeira mulher negra a ganhar o Cecil B. DeMille do Globo de Ouro fazendo um lindo discurso feminista, afirmando que um novo dia está no horizonte, onde não tenha mais mulheres dizendo “eu também”, eu também sofri assédio sexual, violência de qualquer maneira.

E para que este horizonte realmente chegue, temos uma grande responsabilidade, que só vem se nós, mulheres e homens feministas, construirmos o caminho.

Então, 2018 tem que ser o ano em que

as mulheres participem efetivamente da política. O ano em que se consiga eleger mulheres feministas e de esquerda, não só no legislativo e executivo, mas nas direções dos sindicatos, APPs, movimentos sociais e partidos políticos. Pois é necessário estarmos nestes espaços para que leis que retrocedem no tempo e destroem as conquistas alcançadas com duras lutas não ganhem espaço. Para que se consiga, além de garantir, ampliar os direitos.

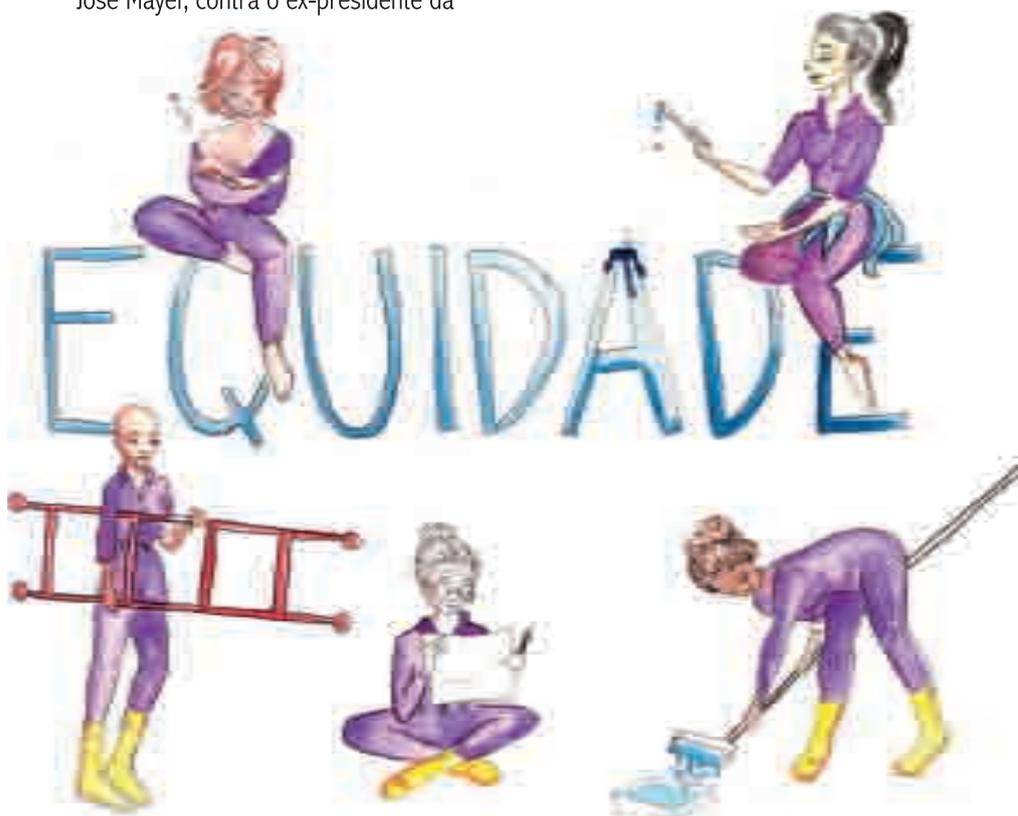
Este ano nós, trabalhadoras do Poder Judiciário de Santa Catarina, podemos colocar como desafio formar coletivos de mulheres em cada comarca deste Estado e sermos protagonistas, junto com os movimentos existentes, dos debates e lutas contra todo o tipo de opressão contra as mulheres.

Esse envolvimento é uma necessidade cada vez maior, pois para terminar com o machismo é preciso terminar com uma cultura construída por meio da educação em casa, nas escolas, na rua; construída por meio das letras de músicas, dos comerciais para venda de produtos.

O desafio é grande, mas juntas somos maiores e podemos dar conta.



*Trabalhadora da Comarca de Porto Belo



Por um olhar mais sensível à violência doméstica: da gênese ao apocalipse diário

QUITÉRIA TAMANINI VIEIRA PÉRES*

Que a violência se desenvolve num ciclo, bem sabemos. Não raramente, num ciclo crescente, cada vez mais comprometedor do equilíbrio que, como seres humanos, sonhamos experimentar. Seu início pode se dar numa discussão qualquer, já que são inúmeros e nem sempre conhecidos os fatores que conduzem ao sentimento de incompreensão, desenvolvendo-se, a partir daqui, sob o fluxo das emoções humanas, cuja velocidade e direção depende da psique de cada um. Não à toa, avoluma-se numa espiral até ecoar num gesto de agressividade que pode se expressar física ou verbalmente, sendo dispensável enumerar os valores que é capaz de atropelar. O que não sabemos, ainda, é como ela se inicia e, o que é ainda mais desafiador, como pode ser erradicada ou pelo menos transformada em uma experiência rica de sentido, entendido como aprendizado, tanto para o agressor, como para a vítima, irradiando-se a quem mais puder alcançar, direta ou indiretamente. Esta violência que a todos alcança, como sociedade, é narrada e televisionada ao som de tiros e roteirizada segundo as manchas sangrentas deixadas no cotidiano da vida de muitos que a sentem, como vítimas ou, no mínimo, como testemunhas. Tristes testemunhas que trazem para seu imaginário um quadro que não desejaram ver estampado em suas memórias, as quais, com o tempo, alcançam o próprio

inconsciente das gerações, até mesmo daquelas que estão por vir. Refiro-me não somente à violência das favelas, das ruas e dos assaltos de toda ordem (alguns que subtraem o relógio ou o tênis, e outros que, pelos efeitos corruptivos do ato, subtraem a dignidade de toda uma comunidade populacional). Refiro-me à violência nem sempre levada ao conhecimento das autoridades policiais e, por isso, nem sempre presente nas já tão elevadas estatísticas: a que ocorre no interior dos lares, justamente onde, independentemente de níveis sociais ou padrões de conforto, se espera encontrar o aconchego do abrigo ao final do dia. Afinal, é para lá que se dirigem os membros da família quando termina o expediente do trabalho ou o turno escolar, tal como faziam nossos distantes antepassados após a empreitada de uma caça ou de um plantio. Todos nós, indistintamente, buscamos um lugar seguro para nos recolher, descansar e revigorar. Lugar que consagramos, racional e emocionalmente, como lar, seja qual for sua denominação (casa, barraco, tenda ou caverna, não importa). É nos lares que se propaga a primeira lição sobre o exercício do poder e sobre o alcance, menor ou maior, do respeito. Não à toa, num passado não muito distante, a mulher integrava a família ocupando num papel de submissão em que seus direitos eram inversamente proporcionalmente aos deveres que lhe eram exigidos. Tal

cenário, moldado pela restrição aos seus direitos civis, se confundia naturalmente com o desrespeito à sua condição humana. O tempo passou e muitas conquistas ocorreram. Todavia, estas nem sempre se fizeram acompanhar pelo esperado respeito aos valores que lhe são caros. A conformação diante da falta deste parâmetro tão importante, o respeito, tem acarretado sucessivas agressões das mais diferentes espécies contra pessoas que se tornaram vítimas por razões associadas às condições de gênero. Assim é que a violência no ambiente doméstico tem se propagado apesar das iniciativas levadas a efeito pelo Estado, no plano legislativo e institucional, visando regulamentar a prevenção e a punição das ações infratoras como forma de reduzir os fatos que habitualmente as geram. Exemplo marcante está na formulação da política legislativa aplicável à violência doméstica, consubstanciada na Lei n. 11.340/2006, a qual compreende medidas de cunho cível, trabalhista, assistencial e psicossocial, cuja efetividade pressupõe ampla interdisciplinaridade e por isso demanda inúmeras frentes de atuação dispersas em promessas sabidamente não atendidas. A cada aniversário do referido marco legislativo, testemunhamos sua comemoração com ações institucionalizadas e também com novas regulamentações, tal como se deu com a edição da Portaria CNJ n. 15, de 8 de março de 2017, que

instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Contudo, o mais leve toque com a realidade tem descortinado a infeliz constatação de que poucos reflexos positivos tem ecoado a partir de tais iniciativas, talvez porque tenham se concentrado em delinear, da melhor forma possível, os contornos estruturais para o enfrentamento de tão grande desafio. Ouso ponderar que assim é e será enquanto o movimento transformador não se propagar a partir de um desejo socialmente compartilhado pela paz. Refiro-me a algo semelhante à necessidade de saciar a fome de paz, parafraseando o saudoso escritor Rubem Alves quando aborda a fome de saber, tão necessária para os avanços educacionais. Embora aparentemente utópico, referido marco se afigura realizável se o discurso de repressão der lugar ao da prevenção, o da violência der lugar ao do entendimento; o do castigo der lugar ao da compreensão; o da recompensa der lugar ao da gratidão; o da vingança der lugar ao do perdão e, porque não, o ódio der lugar ao do amor. Sim, o mesmo amor ecoado em versos pelo poeta e cantarolado em doces melodias seria capaz de, no cotidiano da vida de cada um, satisfazer importantes necessidades não atendidas por parte das pessoas que, ao agirem violentamente, igualmente sofrem. Sabidamente ensinava MARSHALL ROSEMBERG (2006, p. 2008) que a violência pode ser concebida como a manifestação trágica de uma necessidade não atendida.

Quem sabe seja este um indício hábil a provocar novas reflexões. Estas, por sua vez, poderão anunciar que a mera criação de juízos especializados e órgãos de atendimento em rede, por si só, poderá não conferir a transformação esperada, talvez porque esta esteja a depender muito mais da forma como seus operadores lidam com as situações que lhes são submetidas. Este novo olhar, lançado nesta direção catalizadora, encontra conforto e adequação nos preceitos que orientam a Justiça Restaurativa. Investigando-a, LUCIANO TOURINHO (2017, p. 131) explica compreendê-la “como um conjunto de



práticas multifacetárias, projetadas nos domínios do sistema jurídico-penal, e orientadas à resolução de conflitos, em uma perspectiva de reconhecimento da sua dimensão interrelacional, por meio de procedimentos com participação ativa da vítima, do infrator e da comunidade, quando necessário e possível, assumindo finalidades plurais, no sentido de possibilitar a reparação dos danos suportados pela vítima, a reintegração do autor do delito, a partir do seu encontro com as consequências decorrentes de sua conduta, tendo em vista a promoção da pacificação social. As práticas restaurativas devem ser balizadas, outrossim, pela voluntariedade e autonomia da vontade dos intervenientes.” Como se percebe, ao deixar de conceber o conflito como um problema pontual, restrito “ao que aparece” diante dos nossos olhos e dos ouvidos das autoridades, permitimo-nos enxergar sua dimensão mais ampla e profunda, esta muitas vezes oculta abaixo da superfície definida pelo que vemos e pelo

que há a ser visto, tal como ocorre num iceberg. Expressivo avanço haverá quando nos dermos conta que o equacionamento de tantos problemas emaranhados em torno de um ato de violência doméstica dependerá muito mais daquilo que está submerso, ou seja, abaixo de tal superfície. É lá que estão as experiências desencadeadoras das emoções positivas e negativas, as crenças, os traumas, as marcas deixadas ao longo do tempo vivenciado tanto pelos envolvidos, como pelos seus antepassados. É para lá, portanto, que deve ser direcionado o foco das práticas multifacetárias (social, jurídica e psicológica) contempladas por esta abordagem da justiça que visa restaurar o que foi estilizado, transformando as cicatrizes em aprendizado. Sob tal diretriz, a resolução do conflito há de constituir tarefa revestida de grande valor por proporcionar um legado de significado, com o qual certamente vítima e ofensor reunirão melhores condições para assumirem o comando de suas próprias decisões de

vida. Assim há de ser justamente para que esta siga seu curso natural, em compasso de crescente amadurecimento e evolução, sob o sopro da paz em direção ao que faz saciar, para cada um, o desejo de felicidade. Em tal caminho, os passos devem ser trilhados pelos envolvidos, jamais podendo ser substituídos por quem quer que seja, admitido, outrossim, o amparo e também a orientação. Afinal, nem as melhores intenções da lei ou de seus operadores serão capazes, por si sós, de alcançar referido resultado, muito menos se, para tanto, continuarem ditando o caminho e impondo fórmulas para aplicação de castigos ou recompensas. Nem sempre o aprendizado será uma coisa ou outra, poderá ser simplesmente uma descoberta, um insight com o poder de um feixe de luz. Este seria, por certo, o melhor resultado que poderia ser alcançado por meio da integração sistêmica entre pessoas e instituições, cada qual fazendo o seu papel. Analisado com olhar crítico e consciente discernimento, o conjunto de dados veiculado na pesquisa intitulada O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha, implementada pelo Conselho Nacional de Justiça, retrata disparidades estatísticas que estão a exigir atenta interpretação focada nas razões que as justificam, as quais muitas vezes decorrem de cifras ocultas pela ignorância ou pelo medo, por parte das vítimas, ou, ainda, da omissão institucional em implementar a operacionalização necessária, afastando-se, no âmbito deste trabalho, qualquer discussão acerca das motivações articuladas a guisa de justificativa. Importa, destarte, constatar que a elevação ou diminuição dos índices estatísticos da violência doméstica oficialmente veiculados não exprime os reais contornos de sua problemática, cujo cerne reside na forma com que lidamos com o conflito instaurado junto às pessoas com quem dividimos o que temos de mais precioso: nosso tempo, distribuído ao longo de capítulos de vida. Capítulos que cada um de nós escreve com suas crenças e atitudes, também com omissões, sem perceber que tal história será lida pelos

que nos sucederem. Pessoas que, não por coincidência, herdarão a sociedade que deixarmos quando, num derradeiro suspiro, a caneta cair de nossas mãos. Entretanto, se estamos lendo estas linhas, isso ainda não ocorreu. Então, há tempo para frutificar as sementes deste novo tempo que esperamos vivenciar para que integrem os capítulos que estão por serem escritos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>>. Acesso em: 08 fev 2018.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 08 fev 2018.

CARLI, Vilma Maria Inocência (org). A Violência Doméstica Contra a Mulher. Um conflito na vida em sociedade e no contexto familiar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MARSHALL, Rosenberg. B. Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

TOURINHO, Luciano. Justiça Restaurativa e Crimes Culposos. Contributo à Construção de um novo paradigma Jurídico-Penal no Estado Constitucional de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.



* Formada em Direito (FURB), especialista em Direito Civil (UNIVALI), em Direito Penal e Processual Penal (FURB) e em Gestão e Controle no Setor Público (UDESC/ESAG). Mestre em Instituições Jurídico-Políticas (UFSC). É Juíza de Direito (lotada na 1ª Vara Cível da Comarca de Blumenau), Professora (Escola Superior do Estado de Santa Catarina - SMESC, Academia Judicial de Santa Catarina, Escola Superior da Advocacia - ESA-OAB/SC e cursos de Pós-Graduação) e Palestrante.

Eu, minha história e minha luta

ROSE LEONEL

Após fotos íntimas pararem na web, mulher diz sofrer preconceito diário (G1, 27/08/2013). Sete anos depois, jornalista que foi exposta por ex como prostituta na web ainda tenta se recuperar (Portal R7, 25/10/2013). 'Crime na internet é ferida aberta', diz mãe sobre fotos nuas vazadas pelo ex (Folha de S. Paulo, 21/05/2017). Rose Leonel nunca mais se livrará dos efeitos provocados por sua exposição na internet. Os títulos de matérias recentes em dois portais de notícias muito acessados no Brasil, e de um dos mais tradicionais jornais, deixam isso bem claro. Rose Leonel

virou defesa, esclarecimento, guarida e luta no blogue Marias da Internet. Virou também, nas devidas proporções e impactos e comparações com Maria da Penha, nome de lei. A Lei Rose Leonel (PL 5.555/2013 na Câmara Federal e Lei Complementar 18/2017 no Senado) endurece contra aqueles que expõem as mulheres na internet. O SINJUSC convidou Rose Leonel para participar dessa revista. Enviou a ela, por e-mail, perguntas e um pedido: que em lugar de ser entrevistada sobre a sua história, que ela contasse. Rose Leonel contou. E respondeu às demais perguntas.



Rose Leonel

“No final de 2005, terminei com ele. A pessoa que amei por quatro anos não estava sendo legal com meus filhos. Eu não poderia levar esse relacionamento adiante com um homem que na frente das pessoas e na minha frente era um pai quase perfeito, mas quando estava a sós com as crianças, as maltratava. Eu, como mãe, não aceitava isso! A gota d’água foi quando ele levou para casa um iogurte light, e meu filho abriu e deixou na geladeira, pois não gostou. Quando ele levantou cedo da cama, foi para cima de meu filho, esbravejando, acusando-o de ser mal educado e que nunca poderia ter aberto o iogurte que não lhe pertencia. Como se não bastasse, fez mais e pior. Pegou o iogurte aberto e jogou sobre o meu filho e na parede da cozinha. Na hora disse a ele que saísse!

Os dias se passaram e ele pediu que eu reconsiderasse. Mas eu fui encontrando forças — lembrem-se: eu o amava! - e procurando em mim coragem para colocar

um ponto final no relacionamento. Foi quando finalzinho do ano eu disse a ele que não teria volta.

Ele se mostrou transtornado. Tanto que me preocupei. Me preocupei em ver um homem tão calculista e que controlava tão bem suas emoções se transformar em alguém repentinamente ameaçadoramente instável. Como eu tinha a senha do e-mail dele (tínhamos a senha um do outro), comecei a olhar o e-mail dele à noite, antes de dormir. Foi quando, aterrorizada, descobri que ele estava fazendo uma negociação com um técnico em informática, para pôr fotos minhas na internet.

A negociação durou 15 dias. Quando ele aceitou os termos do técnico e acertaram o preço de mil reais, eu fui desesperada até um advogado que me disse que eu não o poderia processar de um crime não cometido, mas poderia adverti-lo. Foi então que fizemos uma notificação em cartório, onde constava que ele seria

responsabilizado criminalmente e civilmente caso houvesse alguma exposição minha em algum lugar de alguma forma.

Ele foi intimado a assinar e, notificado, me ligou, totalmente transtornado! O calmo empresário havia se transformado em um lobo voraz! Começou a me ligar insistentemente, me ameaçando, dizendo que ele não tinha medo de nada e que iria me expor sim, iria me destruir, acabar com minha vida se eu não ficasse com ele. E que eu tinha uma escolha a fazer: ir até ele e pegar os CDs e ficar com ele ou ser destruída por ele; ou ficaria com ele ou não ficaria com mais ninguém!

Empresário, formado em Direito, pós-graduado em Marketing, ele soube como ninguém, com requintes de crueldade, realizar uma campanha para me queimar viva. Ele me raqueou, e do meu e-mail mandava fotos como se fosse eu. Uma sequência de fotos. Nas primeiras eu ainda estava vestida. Conforme as fotos iam

passando, ele ia me desnudando. Foi me despentalando, me arrancando a pele para toda a sociedade, aos poucos, com método. Era janeiro de 2006. Eu estava em Foz do Iguaçu de férias quando as ligações começaram. E logo me avisaram do ocorrido. Entrei em um pesadelo sem fim. Depois de uma semana, veio o segundo capítulo... E assim sequencialmente...Ele colocava meu telefone de casa, do trabalho, celular, e-mail, msn, celular do meu filho, para que todos que receberam as fotos entrassem em contato comigo.

Foi um inferno.

Quando o celular tocava eu tinha vontade de gritar e jogar o aparelho no chão. Ou tremia e queria apenas chorar.

Era desesperadora a discriminação em minha volta. Eu sentia no ar, nas costas, sobre os ombros, quando não na frente, as palavras chulas e cruéis. Rostos virados para mim quando me encontravam na rua em sinal de desprezo.

Tive que aprender a viver de novo, ou melhor, a sobreviver. Havia um código social a ser aprendido: não cumprimente, e caso aconteça, que seja breve, sóbrio e seco; jamais ouse olhar para homem algum. Isso é proibido para você. Seja transparente, invisível. Se vista como uma freira, use burca, na melhor das hipóteses. De preferência, morra e suma de nossas vidas! Eram mensagens não ditas, mas que estavam em todos os rostos que encontrei em minha cidade. Mensagens explícitas! E quem mais sofreu com tudo foram meus filhos.

Um professor, recentemente, disse: "Apartei uma briga do seu filho em sala de aula. Ele era muito calmo e suportou muita coisa, mas naquele dia se enfureceu. Levantou uma cadeira e partiu pra cima. Tive que intervir; era difícil ver a honra da mãe ser vilipendiada".

Uma professora da minha filha naquela época relatou: "Os próprios professores discriminavam a menina. Junto com a mãe, era alvo de crítica". As mães das amiguinhas da minha filha diziam: "Fiquem longe dessa menina. Não se misturem!".

Foi traumatizante!

Meu filho, quando mudava de escola, pedia para deixá-lo duas quadras longe da entrada. Essa é a minha maior dor: a dor dos meus filhos!

Por quase sete anos esse bandido fez uma campanha contra mim, até que foi condenado.

Colocou fotos com postagens chulas, palavras de baixo nível, me vendendo como se fosse eu...e como se fosse uma prostituta vulgar e sem nenhum escrúpulo. Colocava uma linguajar baixo e vulgar e me vendia de forma covarde e abjeta.

As mensagens dele chegavam a mais de 15

Não vamos deixar as pessoas no completo abandono, desprotegida, na berlinda, entregue aos lobos da ignorância, do preconceito e da perversa discriminação social.

mil e-mails semanalmente.

E depois copiou CDs e distribuiu na cidade, nos condomínios residenciais. Virou uma febre. Tinha gente que começou a fazer comercio ambulante disso, vendendo na rua depois.

Encontrei, dias atrás, uma mulher que me falou: "Rose, gosto tanto de você, que até hoje tenho um CD seu daquele tempo. Eu guardei. Sou sua fã!"

Ele teve a capacidade de imprimir e xerocar e distribuir no comércio local usando meninos pagos para a tarefa, e meninos que levavam o material de bicicleta pela cidade.

Ele me vendia no site 'Que Barato'.

Ele me colocou em sites e blogues de pornografia de todo o Brasil, da Holanda, Portugal, Estados Unidos, Espanha e Alemanha.

Não sei como sobrevivi a tudo isso.

Quando olho pra trás me parece que vivi a trama de uma novela, algo fictício, como se não fosse comigo...

Tive vontade de ir embora da cidade várias vezes, mas sempre fui teimosa e pensava: eu não errei, eu amei. Eu confiei na pessoa que amava, me entreguei e ele traiu a confiança. Nossa confiança, nosso elo de amor e pacto de confiança foi quebrado e ele me expôs, mas não apenas me expôs, ele me denegriu, montou fotos, situações inimagináveis. Fui queimada viva. Fui assassinada aos poucos, de forma cruel, estudada, calculada, com passos planejados meticulosamente para que minha vida fosse destruída por completo. Nunca mais fui a mesma pessoa.

Depois desse episódio, sofrendo com a desinformação, o preconceito, a falta de profissionais preparados nessa área, a discriminação e a falta de apoio por parte do poder público, tomei uma decisão: vou criar um a instituição que vai informar, orientar, dar suporte, dar a mão e o braço, para abraçar e acolher vítimas de situações semelhantes e mostrar o caminho a percorrer. Vamos dar um Norte. Não vamos deixar as pessoas no completo abandono, desprotegida, na berlinda, entregue aos lobos da ignorância, do preconceito e da perversa discriminação social que pedem a nossa cabeça enquanto vítima, nos impingindo ao banimento, à exclusão social. E graças a Deus, depois que meu ex foi condenado, levantei essa bandeira do enfrentamento da violência contra a mulher. Basta de machismo, de preconceito, de massacres sociais em nome de falsos moralismos enquanto dizimamos nossas mulheres.

Precisamos ser mais autênticos, mais sinceros conosco mesmos e entender que qualquer um, qualquer mulher pode ser a próxima vítima. Essa é uma luta de toda a sociedade que briga por uma vida mais justa. Essa missão me escolheu. Hoje vivo por ela. Uma vida que vem até nós desesperada, querendo se suicidar, e nós trabalhamos, entramos em ação para ajudar e salvar. É emocionante! Uma vida que salvamos da morte já valeu a pena nosso trabalho. Espero deixar um legado.

Estamos vivendo a 4ª Revolução Industrial. A Era da Internet mudou o mundo. A luta pela segurança da mulher no mundo físico esta brilhantemente bem representada pela Lei Maria da Penha, que é um avanço para todas nós mulheres. Essa heroína nos agraciou com essa benção que é a lei que leva seu nome.

Agora o mundo é digital. É só olhar em volta e ver as pessoas totalmente absortas nos seus celulares. Comemos, nos divertimos, namoramos e somos vítimas de crimes pela Internet.

A vida migrou pra essa nova dimensão, que não é só uma praça pública, é uma cidade toda, pública e acessada por todos nós. E quando uma mulher tem sua honra atingida ali, ela é violada, violentada e deve haver uma lei contra essa violência.

Em 2013 buscamos ajuda do deputado João Arruda. Tivemos ajuda dos advogados Felipe Rangel e Thomas Jeferson Carvalho e fomos até ele, com o perito Wanderson Castilho, propor uma lei que defendesse as mulheres na Internet.

A Lei foi aprovada em todas as comissões do Congresso Federal, sob a relatoria da senadora Glaisi Hofmann. Agora deve ser sancionada pelo presidente da República e batizada com o nome de Lei Rose Leonel. A emoção é muito grande, mas antes de qualquer coisa, existe a alegria de poder fazer algo por nós, mulheres, que sentimos na pele, diariamente o que é ser mulher em um mundo machista.”

VALENTE: Marias da Internet é um instrumento virtual que consegue dar respostas reais e em tempo para salvar mulheres de agressões na internet? É possível dizer quantos atendimentos foram feitos através do site? E de quais tipos? E quais as soluções?

ROSE LEONEL: Trabalhamos em equipe. Temos advogados e peritos digitais e psicólogos. Nosso atendimento tem sido uma média de oito a dez por mês. A principal motivação do contato é a divulgação de imagem íntima não autorizada. Conseguimos trabalhar com agilidade graças aos

profissionais que temos, comprometidos. E graças a parceria muito forte que fizemos com a conceituada Associação de Peritos Forenses, que é composta de peritos digitais e advogados especialistas em direito digital, profissionais de altíssimo gabarito, extremamente competentes e idôneos.

VALENTE: O seu nome está ligado ao PL 5555/2013, da Câmara Federal, que já foi denominado de Lei Maria da Penha da Internet, e que virou PL 18/2017 no Senado. Ele está pronto para deliberação do plenário desde 12 de dezembro. Você considera que tem sido fácil ver a tramitação do PL no congresso, notoriamente formado por homens brancos de classe média e alta?

ROSE LEONEL: O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça apesar de todos os empecilhos e em todas as comissões do Congresso Federal. Ao meu ver, deverá entrar em votação no começo de 2018 e deverá ser sancionada logo mais. É certo que as bancadas formadas por homens apenas fazem uma barreira a esse assunto, e a todos os outros pertinentes às mulheres. E deveria ter mais mulheres no Senado. A bancada feminina ainda é muito reduzida, minoria. Porém entendo que todos os senadores já estão bem cientes da gravidade do assunto, acreditamos que todos os homens entendem a necessidade

da sanção dessa Lei.

VALENTE: Há muitos estudos que apontam que quase todo o trabalho poderá ser realizado pela internet, assim como o aprendizado e as nossas relações sociais. Já agora estamos quase mais conectados do que no mundo presencial. Você acredita que os controles no mundo virtual com relação às agressões contra as mulheres andam na mesma velocidade do desenvolvimento tecnológico que busca conectar cada vez mais pessoas e cada vez a uma velocidade maior? Você teria uma opinião de como o controle de violências contra a mulher poderia ser feito na internet?

ROSE LEONEL: Claramente a segurança na Internet é inferior a velocidade de seu desenvolvimento. E estamos sempre aquém, correndo atrás dos desenvolvimentos para dar conta de uma série de estruturas que precisavam vir junto no bojo desses avanços. Por isso precisamos sempre estar atentos, e dispostos a persuadir as autoridades a criarem leis e até mesmo fazermos o que for possível, cada um a sua maneira, criando alternativas para buscar diminuir esse descompasso. Uma coisa é importante salientar, estamos em um caminho sem volta. A Internet abriu um novo mundo, que não temos como evitar. Precisamos então nos adequar



Rose Leonel e a senadora Gleisi Hoffmann no debate sobre o PL 5.555/2013

e buscar caminhos para normatização de seu uso, para que possamos circular por esse “adorável “ mundo novo” com mais segurança, menos assombro e mais convicção. Por isso, sem dúvida alguma, precisamos ter leis específicas que normatizem seu uso , e para que possamos ter dispositivos que nos assegure o caminhar livre de tropeços pelos novos caminhos virtuais que estão por vir. Caso contrário, receio muito pelo futuro das novas gerações. A Dark Web é mostra contundente de que a corrupção no alto escalão dos comandos do mundo é algo temerário, assombroso e real. E quanto a isso creio que só irá aumentar. Por isso precisamos nos unir para fazer oposição a essas forças. Sei que parece utopia pensar assim, mas temos que pensar que precisamos lutar e que podemos fazer isso. Se perdermos a fé, perderemos tudo.

VALENTE: Além do Marias da Internet há diversos e diversificados sites e blogues que compartilham idéias e informações sobre como se prevenir contra a violência sexista na internet. Mas inexistem os sites feitos por mulheres para homens. Não parece complicado falar a mulheres como possíveis vítimas sem falar aos homens, possíveis agressores?

ROSE LEONEL: Vamos lá. Quando falamos em sites que falam da defesa da mulher nas redes sociais, estamos falando em prevenção e em procedimentos para as mulheres que já foram vitimizadas. Falar aos homens, explicar o que podem e o que não podem fazer na Internet contra a mulher é no mínimo, ridículo. Acredito que precisamos sim de educação digital no seio familiar, no berço, nas escolas e nos ambientes educacionais. Educação é a chave para mostrar a conduta aceitável em sociedade. Educação é tudo. Penso que a educação digital é uma grande arma contra essa conduta criminosa na internet, contra a violência contra a mulher nas redes sociais.

VALENTE: Há, entre as teses sobre a construção de um mundo sem violência e desigualdades para homens e mulheres,

os que defendem que toda a energia para buscar a igualdade deve ser dirigida para o fortalecimento da luta das mulheres e, ao mesmo tempo, também tratar do homem, sem apartá-lo da realidade. É difícil falar aos homens e fazer com que compreendam o que as mulheres querem ou não querem?

ROSE LEONEL: Acho que a nossa luta pela igualdade de chances, de oportunidade, de reconhecimento no mercado de trabalho enfim, na vida, é justo, uma necessidade, mas é algo muito difícil de se conseguir. Essa é uma luta que levará anos. Veja, há poucos anos nós, mulheres conseguimos votar no Brasil! O voto é uma conquista relativamente nova. O machismo está no DNA da nossa sociedade. Essa cultura patriarcal está impregnada em nossas veias e a educação que damos aos nossos filhos está totalmente comprometida com esses princípios patriarcais. Esses princípios machistas fazem parte de nossa identidade. E infelizmente, não será um discurso que mudará essa realidade. Nosso discurso, nossas músicas de ninar, nossos preceitos educacionais, nossa forma de educar os filhos, nossos contos de fadas, nossos desenhos e historinhas são cheios de mensagens explícitas ou implícitas dessa subjugação do papel feminino na sociedade, colocando-a sempre em submissão. Fazer os homens entender os anseios dessa nova geração de mulheres não deve ser fácil. Afinal de contas, nós mulheres ainda temos dificuldades de nos desvincular de nossa educação machista, que não foi ensinada como machista, mas foi vivenciada, foi passado de mãe pra filha sem explicação ou reflexão, pelo exemplo. Nós mulheres precisamos reaprender um novo modelos de educação para os nossos filhos. Precisamos uma nova forma de educar nossos filhos, para quebrar esse ciclo. É preciso reinventar esse modelo, pois nós mulheres não o conhecemos. Precisamos reinventar nos reinventando enquanto mulheres e mães, para uma nova educação libertadora do homem do amanhã.

VALENTE: Em novembro de 2017, a inglesa Sara Hall solicitou que o filme a Bela

Adormecida fosse considerado inapropriado para crianças que ainda não compreendem a realidade das agressões sensuais e sexuais. Segundo ela, o seu filho de seis anos não pode ver a Bela Adormecida, porque o filme passa uma mensagem sexual inapropriada, já que a Bela Adormecida é beijada enquanto dorme, portanto, não consentiu o beijo. Você concorda com Sarah? Quais outras situações poderiam ser banidas ou não recomendadas para menores sem discernimento completo da realidade? Você considera que é possível se estabelecer uma nova relação entre homens e mulheres, baseada em consentimentos declarados?

ROSE LEONEL: Acho que a sociedade mudou e os contos de fada precisam ser revistos. A reflexão e a crítica fazem parte do crescimento. Precisamos refletir sobre as histórias impregnadas de abusos, modelos corrompidos e cheios de mensagens ruins para nossos filhos e filhas. A reflexão muda comportamentos.

VALENTE: Você é feminista? Por quê? Como você se encaixa nas diversas possibilidades de movimentos feministas? Em qual dessas possibilidades de movimentos você participa?

ROSE LEONEL: Primeiro, recorrendo ao dicionário, precisamos colocar sinônimos e antônimos lado a lado. Por conceito, o Machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade... E Feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos e ntre mulheres e homens. Penso que as mulheres hoje tem medo desse termo. Mas se feminismo for lutar por uma vida mais digna para a mulher, salários iguais aos do homem, oportunidades iguais de trabalho e igualdade em todas as esferas, me considero feminista. Acho que não precisamos dominar o mundo. Considero que somos inteligentes e capazes tanto quanto os homens e que podemos trabalhar juntos, lado a lado, com igualdade de oportunidade e de reconhecimento e de valorização.

Eu Luto, tu resiste. Nós conquistamos!



A sindicalista Anna Julia Rodrigues, presidenta da CUT-SC

A luta das mulheres pelos espaços de poder é árdua, cansativa e requer disposição para expor o básico: igualdade de gênero. A dominância masculina tem sido o nó para alcançar este direito. O caminho da resistência passa pelas referências de quem se rebelou e conquistou espaço, de fala, de oportunidade e de representatividade. Confira entrevista especial com Anna Julia Rodrigues, mulher, mãe, lutadora, professora e presidenta da CUT-SC.

VALENTE: Li recentemente que as mulheres devem ser colocadas nos lugares onde há decisões importantes. Por quê?

ANNA JULIA: As mulheres sempre foram vítimas de uma sociedade patriarcal injusta, que nos impediu de conquistar o espaço

que merecemos. Colocar mulheres em posições importantes não é apenas reparar uma desigualdade histórica e socialmente construída, mas sim, reconhecer a nossa capacidade de liderar e estar à frente na tomada de decisões.

VALENTE: Qual a importância de ter mulheres no poder?

ANNA JULIA: Somente com mais mulheres no poder é que vamos conseguir acabar com a desigualdade de gênero e implementar políticas públicas que igualem homens e mulheres. Infelizmente, são poucos os homens no poder que conseguem enxergar homens e mulheres igualmente e dar a mesma oportunidade para os dois, por isso, a única saída para acabar

com essas diferenças é nos esforçamos para conseguirmos ocupar nosso lugar na sociedade. Por mais preconceitos e dificuldades que passamos quando lideramos algo, devemos enfrentar para mostrar que temos a mesma capacidade dos homens e dar exemplo e oportunidade para que outras mulheres se tornem líderes.

VALENTE: Qual a sua história nos espaços de lideranças da CUT?

ANNA JULIA: Entrei na CUT em 2006 como a primeira dirigente da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT, durante meu mandato lançamos a campanha do direito à creche para que as mulheres tivessem a garantia de um lugar para deixar seus filhos. Em 2009 assumi a Secretaria Geral da CUT, função que desempenhei durante três mandatos. Foi então que em 2015 fui eleita a primeira mulher presidenta da CUT de Santa Catarina, resultado da paridade e unidade dentro do movimento sindical.

VALENTE: Como fazer um feminismo que converse com os homens?

ANNA JULIA: É necessário deixar o extremismo de lado e esclarecer aos homens que o que nós mulheres queremos não é sermos superiores a eles, mas sim, ter a garantia de que teremos exatamente os mesmos direitos. É importante também mostrar que todos saem ganhando com a igualdade de gênero, com um mundo menos violento e com oportunidades dadas de acordo com a capacidade de cada um, não determinada pelo seu sexo. É claro que o homem nunca será o protagonista na luta feminista, mas ele tem sim um papel importante. Para fazer um homem entender porque o feminismo é

necessário reeducá-los e fazê-los enxergar o quanto excluem e diminuem as mulheres em seu comportamento com atitudes machistas praticadas diariamente, mesmo sem que eles percebam.

VALENTE: Quais preconceitos já passou por ser mulher e estar na Luta?

ANNA JULIA: Primeiro temos que relembrar a história do movimento sindical brasileiro que foi organizado pelos homens e para os homens. Esse foi o primeiro enfrentamento das lutadoras que nos antecederam para que hoje possamos estar lado a lado com nossos companheiros, rompendo com este paradigma e mostrando que o lugar da mulher é onde ela quiser.

Já passei por muitas atitudes preconceituosas, principalmente por ser mulher solteira, ouvia que eu deveria estar sempre de mala pronta para viajar, porque “não tinha família”, não precisa justificar pra ninguém, o egoísmo superando o velho discurso “somos solidários”. O que mais me deixou indignada foi ouvir que

A conquista do espaço da mulher na política será lenta e gradual, mas só aumentará quando as mulheres se apoiarem entre si, reconhecerem sua capacidade de liderança e quando forem eleitas terem como bandeira principal a defesa das políticas de igualdade de gênero.

quem tem família “não poderia ser dirigente”, neste período meu filho estava com 6 anos e eu militava e cuidava dele, como todas as mães trabalhadoras fazem, inclusive “as companheiras” destes dirigentes ficam em casa cuidando de seus filhos. Não contentes com minha persistência, encontraram outro motivo para tentar impedir a minha liderança se destacasse: o fato de eu não saber dirigir, ouvia “como vai ser presidente se não atravessa a ponte?”. Resisti a todos com muita determinação, lealdade, companheirismo, compromisso com a classe trabalhadora, juntamente com companheiras lutadoras e companheiros que defendem e outros que começaram a ter outro olhar para as feministas. “Ao fim do dia, podemos aguentar muito mais do que pensamos que podemos” Frida Kahlo

VALENTE: Quando fala-se de cargos importantes, o pensamento remete a figura masculina. Como inverter isso? As mulheres precisam acreditar que são capazes de liderar?

ANNA JULIA: Somos frutos de uma sociedade com cultura machista, onde o homem tinha o papel de decisão e a mulher cabia ser mãe e se responsabilizar pelos afazeres domésticos. Na política, nas empresas e em entidades quase todos os cargos importantes são ocupados por homens. Acredito que essa realidade só irá mudar quando as mulheres passarem por cima do preconceito e do machismo e confiarem em seu potencial de liderança. Todas somos capazes e acho que quanto mais mulheres conseguirem conquistar lugares de poder, mais confiança outras terão para ocupar funções importantes dentro da sociedade.

A representatividade é de extrema importância para identificação, ainda mais quando falamos em igualdade de gênero.

VALENTE: Você se considera um exemplo para outras mulheres?

ANNA JULIA: A bandeira das mulheres cutistas mantém-se firme na luta por “igualdade de oportunidades”, temos muito luta pela frente. Preciso registrar que o impeachment da presidenta Dilma, foi contra

as mulheres pra dizer que nosso lugar é no fogão, por isso nossa luta é permanente contra o machismo, homofobia...até que sejamos todas livres.

Todas as mulheres de luta são referências, sou uma delas pela minha história de vida. Sou filha de agricultores familiares, de uma família com 9 filhos e sempre ouvi meu pai falar que “os estudos eram minha herança”, foi o que fiz. Estudei e sou formada em história (UFSM), profissão professora. Quando falo em ser referência quer dizer que as minhas companheiras podem contar comigo, porque estou lado a classe da trabalhadora. E sempre é bom ouvir depois de uma fala ou discurso, “você me representa”.

VALENTE: Como separar a importância do poder e as mazelas da competitividade?

ANNA JULIA: A barreira do feminismo e do crescimento da mulher no poder sempre vai ser a educação que a maioria de nós recebe. As mulheres se enxergam como rivais em quase todas as situações, seja no trabalho ou na vida pessoal - elas competem, comparam, sabotam e menosprezam suas semelhantes. O papel do feminismo é fazer as mulheres entenderem que para conquistarmos a igualdade de gênero e sermos respeitadas como os homens é necessário nos unirmos, vibrarmos com a vitória das outras e nos apoiarmos entre si.

VALENTE: O Fórum Econômico Mundial divulgou no fim do ano passado que o Brasil recuou na paridade entre homens e mulheres. Segundo a entidade, o país perdeu 11 posições entre 2016 e 2017 no ranking The Global Gender Gap Report 2017. A baixa foi influenciada principalmente pelo declínio na representação feminina na política. Como as mulheres podem conquistar mais espaço na política? Elas precisam se reconhecer como mulheres sujeito de Direitos e com força para alçar os postos importantes de decisão?

ANNA JULIA: O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi o maior exemplo no Brasil de como machismo domina a política no país. Foi um golpe contra todas as mulheres. A conquista de ter elegido a primeira mulher

presidenta foi derrubada por um congresso dominado por homens que se uniram para promover o golpe.

Historicamente as mulheres sempre foram a minoria na representação política, fato motivado pelo machismo, mas também pela dificuldade que, muitas vezes, precisamos enfrentar para conciliar as tarefas domésticas, o papel de mãe e a vida profissional.

A conquista do espaço da mulher na política será lenta e gradual, mas só aumentará quando as mulheres se apoiarem entre si, reconhecerem sua capacidade de liderança e quando forem eleitas terem como bandeira principal a defesa das políticas de igualdade de gênero. As mulheres já reconhecem que são sujeitas de direito, mas, infelizmente, ainda estão isoladas, presas em um mundo capitalista e não conseguem se organizar para expor sua força.

VALENTE: O mesmo estudo revelou que se o abismo na igualdade continuar, o mundo precisará de 100 anos para equiparar as condições entre homens e mulheres. Dada força titânica que as mulheres precisam desempenhar todos os dias, como não desmotivar na Luta pela igualdade?

ANNA JULIA: Nascer mulher já significa nascer lutando, enfrentando o preconceito, a concorrência desleal no trabalho, tendo que assumir funções domésticas, ser mãe e sobreviver com salários inferiores aos homens. Nunca foi fácil batalhar pela igualdade de gênero, mas a motivação vem ao olhar tudo o que já conquistamos: nosso direito de estudar, de trabalhar, de votar, o reconhecimento da violência contra a mulher como um crime, tudo isso só foi possível graças a séculos de luta das mulheres. Ainda há muito para conquistar, por isso, não podemos nos desmotivar. Precisamos nos envolver na comunidade, na escola e no trabalho, rebater os comentários e as piadas machistas que ainda são reproduzidas. Não podemos nos calar diante da cultura machista ainda impregnada em nossas relações.

VALENTE: No seu entendimento, por que muitas mulheres não se identificam com o

feminismo?

ANNA JULIA: Primeiramente pela cultura que trazem de suas famílias machistas, que enaltecem os homens e rebaixam as mulheres. As meninas crescem ouvindo que devem seguir certos padrões de comportamento para serem consideradas “boas” mulheres diante da sociedade. Por isso, repudiam o feminismo que prega que a mulher pode ser o que ela quiser, o que, para elas, é visto como atitudes de uma mulher promíscua e que não deve ser respeitada. Muitas não conseguem enxergar o quanto são prejudicadas pela desigualdade de gênero e não entendem a importância do feminismo em suas vidas. Por falta de leitura e pela propagação de falsas informações, as próprias mulheres pregam que o feminismo é radical e perverso, que as mulheres querem “dominar o mundo” e serem superiores aos homens.

VALENTE: Qual o papel da mulher nos movimentos sociais contra a retirada de Direitos e contra a onda conservadora que quer limitar os direitos das mulheres?

ANNA JULIA: A mulher tem o papel principal nessa luta, pois somos as mais prejudicadas na retirada de Direitos. As reformas como a trabalhista e da previdência, promovidas pelo governo golpista de Michel Temer, prejudicam principalmente as mulheres e retiram direitos conquistados após anos de lutas. Além disso, temos uma bancada machista e altamente conservadora que ganha cada vez mais apoio no Congresso e nas ruas. A mulher precisa ser protagonista na luta contra uma política que quer diminuir nossos direitos e ditar regras para a nossa vida. Precisamos ir às ruas e buscar apoio das lideranças políticas para que nos defendam no combate ao machismo e se unam à luta pela igualdade de gênero.



Nem toda mulher quer ser uma princesa, e nenhuma princesa é real



ISADORA LUNGE*

se iludem, planejam um futuro impossível de acontecer, acham que a solução da vida delas se encontra em um homem; querendo que elas se empoderem e fiquem livres dessa ilusão, é que montei, juntamente com outra colega e amiga de curso (Emeli Barossi), a peça teatral “Antiprincesas”. Para mostrar às crianças que existem histórias de mulheres que foram corajosas, inovadoras, criativas e independentes.

A peça é inspirada na coleção de livros Antiprincesas, da editoria Chirimbote, escritos por Nadia Fink. Nela, contamos histórias de três mulheres latino-americanas, inspiradoras, pioneiras e, acima de tudo, reais: Clarice Lispector (Brasil), Frida Kahlo (México) e Violeta Parra (Chile).

A ideia da princesa carrega, muitas vezes: fragilidade, delicadeza, submissão, corpo idealizado e expectativa de casamento. As meninas precisam ser empoderadas para que não passem suas vidas tentando ser o que não é real, tentando se encaixar em padrões, esperando por alguém que as salve. Precisam saber que são capazes de guiar suas vidas da forma como bem entenderem, e que são fortes o suficiente para realizarem seus desejos. Sozinhas ou acompanhadas, da forma como bem entenderem.

*Mulher real, feminista, universitária, contadora de histórias, aspirante a professora, vegetariana, criativa e da luta. É uma das criadoras do Grupo “Duas e Só”, e da peça teatral “Antiprincesas”.

Desde pequena me contavam histórias de princesas. Na minha casa tínhamos o VHS da Barbie e fita cassete com a história da Aurora, a Bela Adormecida. Me lembro de assistir muitas vezes ao VHS, inclusive de cantar e dançar junto com a Barbie as músicas do desenho. Essas histórias grudaram em mim.

Conforme eu crescia, conhecia outras histórias de princesas. Eu, minha irmã e minha prima decidimos, certo dia, que cada uma seria uma princesa: minha irmã a Bela, da Bela e a Fera; minha prima a Aurora, da Bela Adormecida; e eu a Branca de Neve. Desde então eu estudava a Branca de Neve. Assisti ao desenho diversas vezes, procurava imagens, me reconhecia naquela princesa. Mas em comum comigo, mesmo, apenas o corte de cabelo da época e a cor da pele. Sua voz angelical, suas roupas extravagantes, seu príncipe encantado que a salvava no final da história: nada disso existia

na minha vida. E apenas depois de uma certa idade que eu comecei a perceber que essas histórias falam de mulheres perfeitas, bondosas e gentis que estão sempre lindas e com um enorme sorriso no rosto. Elas não cometem erros e esperam um belo príncipe encantado, que chega no final da história para salvar a frágil e indefesa princesa. Os dois se casam e vivem felizes para sempre. Todas elas se encaixam nesse ciclo, onde a mulher se torna apenas um adorno e um troféu para os príncipes.

Eu me inspirei nessas mulheres quando era criança. Eu brincava de ser uma. O grande problema é que a vida fora dessas histórias imaginárias não é uma ilusão dessas, não é um conto de fadas. A verdade é que essas princesas não são reais e, dentro da nossa vida, não há um príncipe que irá nos salvar: nós mesmas o faremos.

Pensando nas mulheres que crescem ouvindo e se inspirando nessas histórias,

Mãe sem medo

LAÍS LUZ*

Chegou de bermuda, regata desbotada, havaiana gastinha na sola. Cabelo quase raspado, barba, ainda não tinha. Não o deixaram ficar de boné; pelo menos, tiraram as algemas. Sentou na frente do juiz, grande, rosado, terno e gravata, perfumado. Estava nervoso, não sabia bem o que esperar, mas tinha algo especial no bolso.

O juiz perguntou: onde o senhor estava no dia 20 de novembro do ano passado, às quatro da manhã? Ele quase não escutava, o coração batia forte, só pensava no que tinha no bolso. Algo que não podia estar ali. Agora também pensava na mãe, sentada lá atrás, na sala de audiências. Tinha falado rapidamente com ela. Saudades. O cheiro de casa, o abraço, e aquele gesto inesperado de escorregar algo rapidamente no seu bolso, olhando de lado, sabendo que era errado, mas, afinal, era seu filho, ela não ia passar por isso não fosse por ele. Amor de mãe. Transgressor. Corajoso. E ele sentia a presença dela lá no fundo da sala, na cadeira estofada, esburacada. Com medo do juiz, da gravata, do guarda, que também ficou lá no fundo, embaixo do ar-condicionado. Ele suava, o juiz também. Notou que ainda estavam esperando sua resposta e a cada momento o silêncio ficava maior, maior o constrangimento. Mas sentia que ali no seu bolso havia uma esperança de felicidade, o voo, liberdade que surgia em sua imaginação. Ah, ele ia usufruir cada momento...

Sem quase notar, apalpou o volume no bolso. O juiz viu. Olhou bem nos seus olhos. Os óculos embaçaram. Então, rápido,

respondeu: eu tava lá, na boca de fumo, tá ligado? Se arrependeu, não era hora de falar daquele jeito, sabia. Esperou a próxima pergunta e se ajeitou na cadeira. Então, o volume que estava no bolso raso da bermuda se deslocou, deixando aparecer a ponta, preta, brilhante. O suor frio. O juiz, enorme, notou, se levantou, fez sinal para o guarda.

Ah... a mãe vai ficar triste, vão tirar o presente que me deu. Ah... la aproveitar cada segundo quando o tirasse do bolso, sem ligar mais pra juiz porra nenhuma, esquecer do cheiro de mofo da cela, apagar o guarda. Evasão. Veio água na boca. O guarda se aproxima: o que tens aí, rapaz? Fica de pé. Levanta a mão.

Pôs a mão no bolso da bermuda e tirou de lá sua fantasia de liberdade. Seu sonho. O diamante. Negro



*Servidora pública federal, formada em direito e letras francês, trabalho no Tribunal Regional do Trabalho - analista judiciário



POR RAÍSSA ÉRIS GRIMM*

Por nossos corpos, corações e mundos..

Feminismo nela tem gosto de luta por conquistar aquele espacinho dentro de si mesma - matar aquele "homem" que ela leva dentro de si - não, nem aquele que disseram que ela era, mas o "homem" feito das tiranias temidas e projetadas aquele "homem" que ensinam que toda mulher deve temer.

Aquele "homem" que diz quem ela é ou não é

(inclusive: aquele que lhe diz "seja homem"),

Aquele que diz qual roupa pode ou não pode usar

Aquele que diz quem ela deve amar e como ela deve amar

Aquele que diz quem ela deve foder e como ela deve foder.

Aquele "homem" que lhe diz as ruas por quais ela pode ou não pode andar,

aquele que lhe diz as cidades que ela deve evitar.

Aquele "homem" que lhe diz como ela deve dançar. Como ela deve falar. Com o que ela deve sonhar.

O que ela pode ou não pode esperar.

Aquele "homem" que faz de tudo para lhe dizer "obedeça".

"Obedeça às regras que eu sei lhe impor

pra que esse mundo permaneça

como se fosse meu".

Diz que estaremos a salvo se o mundo permanecer como se fosse dele.

Diz que encontraremos felicidade se o mundo permanecer como se fosse dele.

Diz que encontraremos amor se o mundo permanecer como se fosse dele.

Mas se o mundo fosse realmente dele porque precisaríamos obedecer tanto pra fingir como se fosse?

Nos fazem temer as trevas, as sombras, o abismo:

nos fazem temer nossos corpos nossos sonhos e tudo o que sabem.

Pois podem muito bem nos dizer que todo esse mundo

nunca foi e nunca será deles.

Nossos corpos e nossos sonhos são nossos. Por mais que nos ensinam

a ter medo deles - são eles que sabem

a resposta

pra enfrentar estes mesmos medos.

Em que mundo viveríamos se parássemos de obedecer como se

o mundo fosse deles?

*Transfeminista, ex-organizadora da Marcha das Vadias em Florianópolis, doutora em Psicologia pela UFSC

Sugestões da Valente

LIVROS

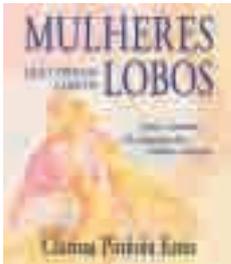
Sobrevivi, posso contar

Lançado em 2010, o livro revela detalhes da vida da autora. Maria da Penha oferece sua história. É uma contribuição para as necessárias e urgentes mudanças que assegurem direitos das mulheres. E uma vida sem nenhuma violência. Maria da Penha conta sua história, que como regra para o País está na Lei nº 11.340 - Lei Maria da Penha.



Dororidade

Além de 'sororidade', Dororidade. A autora busca entrelaçamentos para a construção de um Feminismo Interseccional Inclusivo. A militante negra Vilma Piedade descortina um caminho por dentro do movimento feminista, quando pergunta se além de 'irmãs' todas realmente compreendem a trajetória das mulheres negras.



Mulheres que correm com lobos

Os problemas das mulheres modernas talvez não sejam efeitos da sociedade moderna. Depressão, fragilidade, bloqueio e falta de criatividade não são recentes, afirma a psicóloga junguiana Clarissa Pinkola Estés. A mulher adoentada se instalou com o desenvolvimento de uma cultura que transformou a mulher num animal doméstico. Clarissa interpreta 19 lendas e histórias e identifica a Mulher Selvagem e propõe o seu resgate para a libertação agora.

Filmes

Valente

A jovem princesa Merida foi criada pela mãe para ser a futura rainha. Aprendeu etiqueta e os costumes. A garota prefere cavalgar pelas planícies da Escócia e atirar com arco. Para impedir seu casamento através de uma competição, Merida busca ajuda de uma bruxa paramudar a mãe. Só que o efeito não foi o desejado. A trama então se desenrola na busca de uma cura para o feitiço e evitar que o reino entre em guerra com vizinhos.



Flor do deserto

Waris Dirie (Soraya Omar-Scego / Liya Kebede) nasceu na Somália e bem jovem passou por um ritual: a ablação. Aos 13 anos, para fugir de um casamento arranjado, atravessou um deserto. Dali foi para Londres, onde trabalhou como empregada na embaixada de seu País. Tenta voltar para a Somália depois da adolescência, mas descobre que não tem mais a cidadania. Ela passa a trabalhar em um restaurante e é descoberta pelo fotógrafo Terry Donaldson (Timothy Spall). Waris torna-se modelo. Só que, apesar da vida de sucesso, ela ainda sofre com as lembranças da infância.





Valente

